



## PODCAST DO CORREIO

# “A ciência se tornou um ator político”

Especialista em ações pela sustentabilidade explica por que cidadãos e agentes eleitos precisam aderir à causa climática

» VITÓRIA TORRES\*

Convidada do Podcast do Correio ontem, a cientista política e diretora executiva da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps), Mônica Sodré, reforçou a necessidade de utilizar a política como instrumento para combater a crise climática em escala global. A especialista participou ontem de sessão temática no Congresso Nacional sobre sustentabilidade. Enfatizou, entre outros pontos, a importância de o Parlamento atuar com assertividade nas questões climáticas e externou considerações técnicas sobre sustentabilidade, seja no ambiente doméstico, seja em fóruns internacionais.

Na entrevista com os jornalistas Denise Rothenburg e Carlos Alexandre de Souza, Mônica Sodré abordou pontos específicos da agenda relativa à sustentabilidade. Comentou, por exemplo, sobre a transição para veículos elétricos. “Esqueçamos que o carro elétrico é um carro muito mais intensivo e mineral, a quantidade de cobre ou de outros materiais que vão no carro é muito maior do que de um carro comum”, observou. “A gente precisa tomar cuidado para não resolver o problema do petróleo e criar novos problemas”, ressaltou.

A especialista destacou também a necessidade de o cidadão ter mais consciência ambiental — e cobrar essa mesma postura dos políticos. Ela lembrou que as mudanças climáticas são um desafio para a democracia, pois

acentuam as desigualdades sociais. Para Sodré, o clima é um acelerador dessas disparidades. “Eu acredito que isso (a consciência ambiental) vai virar uma questão política no dia que o eleitor passar a cobrar também esse assunto. Tivemos um dos dias mais quentes dos últimos 125 mil anos. Naturalmente, esse assunto vai entrar na agenda do eleitor para cobranças aos políticos”, pontuou a diretora-executiva da Raps.

Mônica afirmou que é preciso entender que a preservação do meio ambiente não é uma discussão etérea. Trata-se de resolver problemas concretos, que já estão ocorrendo. “Em breve, a aprendizagem das nossas crianças vai ser afetada, pois a sala de aula aquece, não tem ventilador em todas as salas, não tem condição de colocar ar-condicionado, você não tem energia para subir a demanda. Então, existem consequências muito evidentes, como a ausência de energia por vários dias que afetou a cidade de São Paulo ou mesmo o ciclone que atingiu o Rio Grande do Sul”, exemplificou.

Ao comentar parte da atividade da Raps — formar lideranças qualificadas para temas contemporâneos —, Mônica Sodré expressou como os projetos para combater o desmatamento são urgentes. “Os políticos precisam se qualificar sobre o tema. As discussões no Parlamento podem acarretar em mais desmatamento. Os parlamentares precisam entender que mais desmatamento vai significar, por

Carlos Vieira/CB/D.A.Press



Mônica Sodré: efeitos da crise climática tendem a aumentar o estresse nas democracias contemporâneas

exemplo, quebra de safra e alimentos mais caros no prato do brasileiro”, apontou.

### Esforço político

É exatamente em razão desses problemas concretos que

Mônica Sodré defende um esforço político em favor da sustentabilidade. Ela citou a cúpula da Amazônia, ocorrida em agosto em Belém, como exemplo da complexa relação entre ciência e política. “A ciência se tornou um ator político, parte do problema

é que os políticos estão longe da ciência”, disse a especialista.

A crise climática, observou, afeta segmentos da sociedade de maneira diferente. A desigualdade social e racial, lembrou, torna-se um componente crítico, em que os mais vulneráveis são os

menos representados na tomada de decisões políticas. E isso é um desafio a ser superado.

“Sabemos que os mais atingidos são os mais pobres e vulneráveis, no caso do Brasil, existe um componente racial muito grande. Essas pessoas são justamente as que não estão no espaço de tomada de decisões, com mais dificuldade de acessar a informação e de participar do processo político. Então, eu acredito que a tendência é de agravamento e vai atingir a todos, mas não vai atingir da mesma maneira. Assim, o sentido de emergência também muda”, detalhou.

Ao comentar as possibilidades de ação política em defesa do meio ambiente, a convidada do Podcast do Correio sublinhou que o cidadão desempenha um papel crucial. Escolhas cotidianas, como abastecer com combustíveis mais sustentáveis e práticas de reciclagem, contribuem para a conscientização ecológica.

“Todo comportamento é importante. Estamos falando de petróleo e gás de mineração, como se isso fosse muito distante da população. Você tem opções sustentáveis, por exemplo, quando se tem um carro flex, abastecendo com etanol por ser muito mais limpo das emissões, separação de lixo em coletas — e que esse assunto não seja visto como uma pauta da esquerda”, finalizou.

\*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

## AMÉRICA LATINA

Divulgação



Silvio Almeida: é preciso enfrentar as causas fundamentais do ódio



ALEXANDRE GARCIA

NA ARGENTINA, OS ELEITORES PÕEM O VOTO DE PAPEL NO ENVELOPE QUE RECEBEM NO LOCAL DE VOTAÇÃO. DEPOIS DA CONTAGEM PRELIMINAR, TUDO É RECONTADO SOB FISCALIZAÇÃO TRIPLA. É UM SISTEMA ABERTO. O NOSSO É FECHADO. POR QUE ME UFANO DO NOSSO SISTEMA DIGITAL, SE O ARGENTINO FUNCIONA MELHOR?

## Lição argentina

Imagino que todo eleitor brasileiro ficou admirado com a eleição argentina. Não pelo resultado, mas pela rapidez e segurança. A votação terminou às 18 horas e às 20 horas já circulava o nome do vitorioso. E voto em papel. Contagem manual. Sob um exército de fiscais dos partidos de olhos na apuração. Auditoria imediata e cristalina. As desconfianças ficaram na campanha, com acusações de distribuição de cestas básicas, de envolver o papa,

de intromissão brasileira. Mas quanto à contagem dos votos, nenhuma dúvida, apuração transparente, fiscalizada, auditada e acabada rapidamente. Nem o derrotado teve dúvidas e reconheceu logo a vitória do adversário apenas duas horas e 17 minutos após o encerramento da votação.

Na mesma noite, logo depois, o presidente do Brasil desejou sorte ao novo governo — sem mencionar o nome do vitorioso — postando: “Meus parabéns às

instituições argentinas pela condução do processo eleitoral e ao povo argentino que participou da jornada eleitoral de forma ordeira e pacífica”. Se Lula acha que merece parabéns as instituições e o processo eleitoral, por que não enviar ao Congresso um projeto de lei tornando o nosso processo eleitoral tão confiável, transparente, auditável e rápido quanto o argentino? Ano que vem haverá eleições municipais, base da nossa federação, de nossa política, de nossa representação, de nossa democracia. Eleições ainda carregando mistérios e dúvidas, pela falta de transparência na

apuração — exigida pelo senso comum no mundo inteiro.

O sistema digital é caro e, segundo os entendidos de informática, não é isento de falhas. Caro porque no mundo digital a obsolescência vem rápido. A contagem manual é passível de fraudes, mas as fraudes são passíveis de serem descobertas; no mundo digital não, como já comprovou a tentativa de auditoria do PSDB sobre a eleição de Dilma versus Aécio. Meus amigos argentinos contam que Milei investiu muito nos fiscais das apurações e anunciou isso, a ponto de deixar os escrutina-

dores bem conscientes de que estavam sendo observados e fiscalizados. Por aqui, aprovou-se, em 2015, o comprovante impresso do voto, vetado por Dilma a pretexto dos gastos, mas o veto foi derrubado por 66% do Congresso. Ainda assim, a vontade reiterada de 368 deputados e 56 senadores foi derrubada por oito ministros do Supremo.

Na Argentina, os eleitores põem o voto de papel no envelope que recebem no local de votação. Ao sair da cabine indecível, o envelope é depositado na urna. Encerrada a votação, os votos são contados preliminar-

mente ali mesmo, sob intensa fiscalização dos partidos. Depois, a Dirección Nacional Electoral, que é do Poder Executivo, soma as atas de 104.577 seções (o Brasil tem 472 mil). A DNE considera fraude impossível, porque há controles cruzados pela Justiça, partidos e cidadãos. Depois da contagem preliminar, tudo é recontado e conferido sob fiscalização tripla. É um sistema aberto. O nosso é fechado. E mostra o resultado antes de nós, sem deixar desconfianças no ar. Por que me ufano do nosso sistema eleitoral digital, se o argentino funciona melhor?

## “As pessoas odeiam os direitos humanos”

» MAYARA SOUTO

Ao participar da 42ª Reunião de Altas Autoridades Sobre Direitos Humanos (RAADH) do Mercosul, em Brasília, o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, comentou os desafios inerentes ao tema na América Latina.

“No nosso continente, hoje, as pessoas foram, infelizmente, cooptadas por um discurso contra os direitos humanos. As pessoas odeiam os direitos

humanos, elas foram levadas a pensar que eles são uma espécie de autorização para a criminalidade. Se nós não formos capazes de disputar esse sentido na realidade, no dia a dia, seremos um alvo fácil do fascismo”, disse.

No discurso de abertura, Almeida pontuou o que entende por direitos humanos. “Significa a preservação da vida, mas também o acesso à educação e cultura, como motor fundamental da defesa das liberdades fundamentais.

Significa o combate à fome, a existência de um sistema de assistência social e o direito à saúde. Temos que construir uma agenda vital para o crescimento humanitário”, completou.

Paralelamente ao encontro no âmbito do Mercosul, a cidade recebe o Seminário Internacional sobre Desinformação, Liberdade de Expressão e Enfrentamento ao Discurso de Ódio. “Vamos falar, aqui, sobre discurso de ódio, fazer um debate profundo sobre isso.

Só que é importante que tenhamos a consciência de que vamos debater apenas o ‘sintoma’, sendo que as ‘causas fundamentais’ são muito mais profundas. Estão relacionadas ao modo com que organizamos a vida social, com que reproduzimos nossas condições de vidas”, observou o ministro.

O encontro sobre direitos humanos no Mercosul ocorre até sexta-feira e reúne autoridades das instituições especializadas na área nos países do bloco.